

LEI MARIA DA PENHA: UMA BREVE ABORDAGEM HISTÓRICO-SOCIAL QUE A ANTECEDEU EM CONTRAPARTIDA À ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE POR INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA¹

Luciane Jost Lemos do Prado²

RESUMO

Tem este trabalho como finalidade a análise histórico-social dos movimentos antecedentes à Lei Maria da Penha e os benefícios que este instrumento trouxe enquanto medida protetiva às mulheres vítimas de qualquer tipo de violência, principalmente, no âmbito familiar. O tema causou polêmica no meio jurídico por causa de algumas alegações de suposta inconstitucionalidade da Lei 11.340/06, fundamento base deste trabalho que é a alegação de alguns doutrinadores, pertencentes à minoria, de que a lei estudada não obedeceria ao Princípio Constitucional da Isonomia da Lei. A história aponta que há muito as mulheres são vítimas de um tratamento desigual diante da sociedade, fruto do pensamento da igreja e da sociedade burguesa. A elas sempre foi delegado o papel de mãe, esposa e dona-de-casa enquanto o homem era o exclusivo provedor do lar. Tal identidade impôs às mulheres um caráter secundário e um papel de submissão em relação ao homem. Este, por sua vez, tomou a mulher como sua propriedade, acreditando ser legítimo todo e qualquer tratamento, mesmo que violento ou desumano.

Palavras chave: Lei Maria da Penha; Violência contra a mulher; Lei n. 11.340/06.

MARIA DA PENHA LAW: A BRIEF HISTORICAL-SOCIAL APPROACH THAT PRECEDED THE LAW IN COUNTERPART TO THE ALLEGATION OF UNCONSTITUTIONALITY BY NON-OBSERVANCE THE PRINCIPLE OF ISONOMY.

ABSTRACT

This work has for purpose the socio-historical analysis of the movements prior to Maria da Penha law and the benefits this instrument has brought as a protective measure for women victims of violence of any kind, especially within the family scope. The issue caused controversy in the legal environment because of some allegations of supposed unconstitutionality of Law 11.340/06, ground basis for this work that is claim of some scholars, belonging to the minority, that the law studied does not obey the constitutional principle of equality of the law. History shows that long ago women are victims of unequal treatment in society, the fruit of thought of the church and of bourgeois society. To the women has always been delegated the role of mother, wife and homemaker, while the man was the sole provider of home. This identity has imposed to women a secondary character and

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Direito na Faculdade Opet, transformado em artigo para publicação na Revista *Ânima*. Orientador Professor Carlos Miguel Villar de Souza Júnior.

² Graduanda do curso de Direito na Faculdade Opet em julho de 2011. Técnico Administrativo da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná. Contato: lujost@gmail.com

a submissive role in relation to man. This, in turn, took the woman as his property, believing that all and any treatment is legitimate, even that violent or inhumane.

Keywords: Maria da Penha Law; Violence against women; Law 11.340/06.

1. Introdução

A história nos mostra que as mulheres sempre foram vítimas dos mais variados preconceitos, porém muitos deles não eram assim considerados por conta dos costumes e da época vividos.

Uma dessas formas de preconceito, talvez a mais comum delas, é expressa através da violência física e do abuso sexual e psicológico que acontece, na maioria das vezes, dentro do próprio lar da vítima tendo como agressor o namorado, marido, companheiro ou, até mesmo, ex-companheiro.

Muitos doutrinadores, entre eles psicólogos, psiquiatras, sociólogos e juristas estudam a origem e o fundamento desse problema que atinge uma mulher a cada quinze segundos, como no Brasil, por exemplo.

A violência contra a mulher ganhou notoriedade após o início de movimentos feministas que retirou o tema do âmbito privado e trouxe à tona discussões sobre a relação de poder que giravam em torno desse grave problema. Após várias décadas de lutas em virtude da discriminação sofrida, apenas no ano de 2006 é que as mulheres finalmente conquistaram uma lei (nº 11.340/06) que lhes deu amparo contra a violência de gênero, a qual permaneceu por muito tempo escondida dentro dos lares e nos mais diversos níveis sociais.

A denominada Lei Maria da Penha veio suprir uma necessidade urgente, fruto de uma realidade incontestável: a violência que existe e permeia muitos lares em nosso país. Contudo, a lei 11.340/06 gerou algumas controvérsias no que tange à sua constitucionalidade.

Como base para o desenvolvimento deste trabalho, foi analisada a decisão unânime proferida pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, em processo oriundo da comarca da cidade de Itaporã nº 2007.023422-4, no voto do relator Doutor Romero Osme Dias, acompanhado por seus colegas de turma Doutor Claudionor Abss Duarte e Carlos Eduardo Contar, onde decide:

Quando a Carta Magna, dentre o rol de direitos fundamentais, consagrou igualdade entre homem e mulher, estabeleceu uma isonomia plena entre os gêneros feminino e masculino, de modo que a legislação infraconstitucional não pode – sob qualquer pretexto – promover discriminação entre os sexos, em se tratando de direitos fundamentais, eis que estes já lhes são igualmente assegurados.³

³ MATO GROSSO DO SUL (Estado). Tribunal de Justiça. Ementa. Recurso em sentido estrito. violência doméstica e familiar contra a mulher. Declaração incidental de inconstitucionalidade da Lei n. 11.340/06.

E continua, afirmando que: “a Lei Maria da Penha viola o direito fundamental à igualdade entre homens e mulheres, razão pela qual conheço, para este caso concreto, a inconstitucionalidade da lei”.

Para alguns doutrinadores e juristas a lei é inconstitucional e encontra-se na linha “*marxistóide*”, pois fere o Princípio da Isonomia da Lei ao dispensar tratamento diferenciado às mulheres. Tais críticos acreditam que a aplicação da Lei 11.340/06 deve ser inviabilizada através de um controle de constitucionalidade na via difusa, discutindo a matéria do primeiro ao último grau de jurisdição, suspendendo a execução da lei através de resolução expedida pelo Senado Federal, e ainda, através do controle de constitucionalidade concentrado, feito através de uma Ação Direita de Inconstitucionalidade a ser julgada originariamente pelo Supremo Tribunal Federal, declarando a invalidação da lei e eliminando-a do nosso sistema.

Um exemplo da alegação de inconstitucionalidade da lei 11.340/06 está nas palavras do Doutor Luiz Arthur Pádua Marque, defensor público do estado do Tocantins, quando diz que:

A lei 11.340 de 7 de agosto de 2006, em vigência desde 22 de setembro de 2006, popularmente conhecida por lei " Maria da Penha" chegou para complicar ainda mais a aplicação e interpretação de algumas normas constitucionais e infraconstitucionais, colocando em risco o princípio das Supremacia da Constituição e ferindo de morte o art. 5º, Inc. I (Princípio da Isonomia) artigo 226, parágrafo 8º da Carta Constitucional.⁴

Há, inclusive, quem considere a lei em questão “diabólica”. A reportagem publicada pelo site do jornal Folha de São Paulo em 21 de outubro de 2007, fala sobre o juiz da cidade de Sete Lagoas em Minas Gerais, Edilson Rumbelsperger Rodrigues, que rejeitou pedidos de medidas contra homens que agrediram suas companheiras, alegando o seguinte:

Ora, a desgraça humana começou no Éden: por causa da mulher, todos nós sabemos, mas também em virtude da ingenuidade, da tolice e da fragilidade emocional do homem [...]. O mundo é masculino! A idéia que temos de Deus é masculina! Jesus foi homem!⁵

Recurso ministerial. Pedido de modificação da decisão monocrática que declarou a inconstitucionalidade da lei n. 11.340/06. Vício de inconstitucionalidade. Violação aos princípios da igualdade e proporcionalidade. Decisão mantida. Competência do juizado especial criminal. Improvido. Recurso em sentido estrito nº 2007.023422-4/0000-00. Rel. Romero Osme Dias. **Lex:** Jurisprudência do STJ e Tribunais Regionais Federais, Campo Grande, mar. 2007.

⁴ MARQUE, Luiz Arthur Pádua. **A Inconstitucionalidade de Lei Maria da Penha.** Disponível em: <http://r2concursos.uol.com.br/_site/artigos/artigo_default.asp?ID=1016>. Acesso em: 24 fev 2011.

⁵ FOLHA DE SÃO PAULO. **Juiz considera Lei Maria da Penha inconstitucional e diabólica.** São Paulo, 21 dez. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u338430.shtml>>. Acesso em: 31 mar. 2011.

Mais adiante o magistrado continua: "A vingar esse conjunto de regras diabólicas, a família estará em perigo, como inclusive já está: desfacelada, os filhos sem regras, porque sem pais; o homem subjugado".

De outro lado, para alguns estudiosos o argumento acima é frágil, uma vez que a intenção do legislador é a mesma que deu origem à elaboração de outras leis de cunho protetivo à pessoas em condições de hipossuficiência, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso, no intuito de fazer valer o real significado do princípio da isonomia, cuja obediência pressupõe tratamento igual aos iguais e desigual aos desiguais.

Uma das defensoras da lei Maria da Penha, a Doutora Ana Raquel dos Santos Colares Linard, juíza titular do Juizado Especial Cível da Comarca de Juazeiro do Norte, no estado do Ceará, em seu artigo "Lei Maria da Penha: inconstitucional por quê?" discorre sobre sua experiência diante dos casos de violência:

Em meu cotidiano, não foram poucas as vezes em que tive que me deparar com agressores arrogantes e prepotentes, cuja conduta não se alterava sequer diante da autoridade judicial, não disponibilizando a lei qualquer instrumento ao julgador para reprimir com maior veemência tal comportamento criminoso ou disponibilizar à vítima uma proteção mais eficaz contra seu algoz, apesar de que tal proteção seria dever do Estado.⁶

Sobre a alegação de inconstitucionalidade da lei, a magistrada dispara:

Resta óbvia a fragilidade de tal argumentação, na medida em que a intenção do legislador em nada se diferenciava da mesma que ensejou a elaboração de outros diplomas protetivos de minorias em situação de idêntica hipossuficiência, tais como idosos e crianças, de forma a, dessa maneira, efetivar o disposto pelo princípio constitucional da isonomia, cuja obediência pressupõe tratamento desigual aos desiguais, como defendia Aristóteles, ainda na Antiguidade.⁷

Ainda, como conselho aos seus colegas magistrados, sabiamente discorre:

[...] conclama-se aos operadores do Direito que compartilham da tese da inconstitucionalidade da lei ora sob estudo, que revejam seu posicionamento de forma a possibilitar o trâmite dos feitos abrangidos pelo mencionado diploma legal e, via de consequência, o acesso das vítimas ao seu complexo de medidas protetivas, cuja concretização, muitas vezes, significa a diferença entre a vida e a morte daquelas.⁸

⁶ LINARD, Ana Raquel Colares dos Santos. Lei Maria da Penha: inconstitucional por quê?. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 12, n. 1505, 15 ago. 2007. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/10283>>. Acesso em: 31 mar. 2011.

⁷ LINARD, Ana Raquel Colares dos Santos. Lei Maria da Penha: inconstitucional por quê?. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 12, n. 1505, 15 ago. 2007. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/10283>>. Acesso em: 31 mar. 2011.

⁸ LINARD, Ana Raquel Colares dos Santos. Lei Maria da Penha: inconstitucional por quê?. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 12, n. 1505, 15 ago. 2007. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/10283>>. Acesso em: 31 mar. 2011.

Ainda nesse sentido, Luiz Flávio Gomes e Aline Bianchini, em artigo intitulado “Aspectos criminais da Lei de Violência Contra a Mulher”, defendem que:

A Lei 11.340/2006 constitui exemplo de ação afirmativa, no sentido de buscar uma maior e melhor proteção a um segmento da população que vem sendo duramente vitimizado (no caso, mulher que se encontra no âmbito de uma relação doméstica, familiar ou íntima). O art. 5º, I, da CF diz que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição". Mas o tratamento diferenciado em favor da mulher (tal como o que lhe foi conferido agora com a Lei 11.340/2006) justifica-se, não é desarrazoado (visto que a violência doméstica tem como vítima, em regra, a mulher). Quando se trata de diferenciação justificada, por força do critério valorativo não há que se falar em violação ao princípio da igualdade (ou seja: em discriminação, sim, em uma ação afirmativa que visa a favorecer e conferir equilíbrio existencial, social, econômico, educacional etc. a um determinado grupo). Se a lei nova escolheu o melhor caminho a partir de 22.09.06 é outra coisa.⁹

A doutrinadora Maria Berenice Dias, resume bem a intenção do legislador ao discorrer sobre o assunto:

Apesar de decantada a igualdade formal, o próprio texto da Lei Maior prevê normas que concedem tratamento diferenciado entre homens e mulheres. É outorgada proteção ao mercado de trabalho feminino, mediante incentivos específicos (inciso XX, art. 7º), bem como lhe é assegurada a aposentadoria com 60 anos, enquanto que, para os homens, a idade limite é de 65 (art. 202). Essas distinções não se prendem, à toda evidência, a diferenças fisiológicas, mas são decorrência de um elemento cultural, pois, em face das responsabilidades familiares, as mulheres prestam dupla jornada de trabalho. Assume a esposa a integralidade das tarefas domésticas e a mãe o cuidado com os filhos, a exigir-lhe um maior esforço, levando-a a um precoce envelhecimento.

A aparente incompatibilidade entre essas normas jurídicas solve-se ao se constatar que a igualdade formal - igualdade de todos perante a lei - não conflita com o princípio da igualdade material, que é o direito à equiparação através da redução das diferenças sociais. Nítida a intenção do legislador em consagrar a máxima aristotélica de que o princípio da igualdade consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida em que eles se desiguam. A obediência estrita ao preceito constitucional não pode levar a se ver como infringência ao princípio da isonomia a adoção de posturas que, atentando à realidade, gerem normas protetivas, visando a propiciar o equilíbrio para se assegurar o direito à igualdade.¹⁰

Assim, tem este trabalho científico a intenção de uma análise histórica sobre os antecedentes da Lei Maria da Penha e sobre a necessária e legítima criação deste instrumento, bem como sua aplicação nos casos de violência contra a mulher.

⁹ GOMES, Luiz Flávio; BIANCHINI, Alice. Aspectos criminais da Lei de Violência contra a Mulher. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 1169, 13 set. 2006. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/8916>>. Acesso em: 02 abr. 2011.

¹⁰ DIAS, Maria Berenice. **Ações afirmativas: a solução para desigualdade**. Disponível em <http://www.mariaberenice.com.br/uploads/3_-_a%E7%F5es_afirmativas_-_a_solu%E7%E3o_para_a_desigualdade.pdf>. Acesso em: 03 abr 2011.

2. Contexto histórico sobre o surgimento da Lei Maria da Penha

A luta pela não-discriminação e não-violência contra a mulher não é recente. O primeiro organismo de proteção a esses direitos é datado de 1928 e foi denominado de Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), criado na antiga denominação de União Pan-americana, atual Organização dos Estados Americanos (OEA). A CIM tinha por objetivo principal a promoção e proteção dos direitos das mulheres.

A Organização das Nações Unidas criou, em 1946, a *Commission on The Status of Women* (CSW), traduzida como Comissão para Situação da Mulher, que tinha por objetivos principais a elaboração de relatórios e recomendações ao Conselho Econômico e Social da ONU (Ecosoc).

Na década de 70, alguns movimentos feministas buscavam a conscientização da sociedade quanto à gravidade do problema da violência contra a mulher, considerando-o um problema social. Nesse sentido, Ana Lúcia Sabadell escreve que:

As feministas indicaram que a violência doméstica, apesar de ocorrer no âmbito privado, é um problema social geral, e reivindicaram sua politização, considerando-a como problema público, revelando deste modo, a violência da privacidade, que reproduz a subordinação das mulheres [...].¹¹

Em 1975 aconteceu a I Conferência Mundial sobre a Mulher, sediada no México, quando a ONU designou o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher e a década compreendida entre 1976 a 1985 como a Década da Mulher. A segunda conferência aconteceu em Copenhague, na Dinamarca; a terceira em Nairobi, no Quênia e a quarta em Beijing, na China.

No ano de 1979 foi criada a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, Cedaw (*Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women*) que não se restringia somente à violência, mas que reforçava aos Estados-membros a orientação de adotarem medidas que visassem o cumprimento de todos os seus objetivos.

Com a continuidade e aumento de casos de violência contra a mulher, surgiu a necessidade de medidas protetivas que fossem mais específicas, surgindo então em 1993 a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher e a Declaração e Programa de

¹¹ SABADELL, Ana Lucia. Perspectivas jus-sociológicas da violência doméstica: efetiva tutela de direitos fundamentais e/ou repressão penal. **Revista dos Tribunais/Fascículo Penal**, São Paulo, ano 94, v. 840, out. 2005.

Ação de Viena, que enfatizaram que: “os direitos das mulheres são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais”.¹²

No Brasil, uma tentativa de início em busca da implantação de tais medidas foi a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, que ficou conhecida como “Convenção de Belém do Pará”, realizada em 09 de junho de 1994, ratificada pelo Brasil em 1995 e que ampliou a Declaração e o Programa de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena no ano de 1993.

Os países signatários da “Convenção de Belém do Pará” assim manifestaram-se no preâmbulo da mesma:

OS ESTADOS PARTES NESTA CONVENÇÃO

RECONHECENDO que o respeito irrestrito aos direitos humanos foi consagrado na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e na Declaração Universal dos Direitos Humanos e reafirmado em outros instrumentos internacionais e regionais;

AFIRMANDO que a violência contra a mulher constitui violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais e limita total ou parcialmente a observância, gozo e exercício de tais direitos e liberdades;

PREOCUPADOS por que a violência contra a mulher constitui ofensa contra a dignidade humana e é manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens;

RECORDANDO a Declaração para a Erradicação da Violência contra a Mulher, aprovada na Vigésima Quinta Assembléia de Delegadas da Comissão Interamericana de Mulheres, e afirmando que a violência contra a mulher permeia todos os setores da sociedade, independentemente de classe, raça ou grupo étnico, renda, cultura, nível educacional, idade ou religião, e afeta negativamente suas próprias bases;

CONVENCIDOS de que a eliminação da violência contra a mulher é condição indispensável para seu desenvolvimento individual e social e sua plena e igualitária participação em todas as esferas de vida; e CONVENCIDOS de que a adoção de uma convenção para prevenir, punir e erradicar todas as formas de violência contra a mulher, no âmbito da Organização dos Estados Americanos, constitui positiva contribuição no sentido de proteger os direitos da mulher e eliminar as situações de violência contra ela [...].¹³

Na China, em 1995, durante a IV Conferência Mundial sobre a mulher, foi implantada a Plataforma de Ação de Beijing que dispôs - entre vários outros importantes compromissos assumidos - o seguinte sobre a violência contra a mulher:

Reconhecer a violência contra a mulher como um desrespeito aos direitos humanos, seja ela o abuso sexual, o assédio sexual no trabalho e nos estabelecimentos educacionais, a violência física e psíquica, a mutilação genital, os estupros, a violência policial e nos serviços de saúde, o tráfico de mulheres, a prostituição infantil, a prostituição forçada - e tomar medidas adequadas em nível local, nacional

¹² PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 199.

¹³ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher**. Convenção de Belém do Pará. Disponível em: <<http://www.cidh.org/Básicos/base8.htm>>. Acesso em: 07 abr. 2011.

e internacional, implementando serviços e programas de prevenção e atendimento às mulheres.¹⁴

Na teoria estava tudo de acordo com o que almejavam os juristas, porém a realidade em nada se aproximava do ideal igualitário e pacífico entre homens e mulheres. A violência contra a mulher aumentava em proporções alarmantes, correspondendo a um terço dos delitos mundiais. Mulheres continuavam morrendo pelas mãos de seus companheiros e meninas continuavam sendo mutiladas, demonstrando que mesmo nas civilizações mais avançadas a discriminação ainda não havia repercutido nas estruturas do poder.

No Brasil, em 24 de novembro de 2003 foi publicada a lei 10.778 que estabeleceu a notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher atendidas em estabelecimentos de saúde públicos ou privados, tornando-se um dos instrumentos que possibilitou a análise dos dados sobre como, onde e com quem a violência doméstica mais ocorre.

A história da violência contra a mulher começou a tomar outros rumos quando o Centro pela Justiça pelo Direito Internacional e o Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher em conjunto com uma vítima de violência doméstica de nome Maria da Penha Maia Fernandes formalizaram uma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. Diante desse grave fato, a Organização dos Estados Americanos, no Relatório nº 54/01 de 04 de abril de 2001 (referente ao ano 2000), quando da análise do mérito da referida denúncia que alegava a tolerância da República Federativa do Brasil para com a violência cometida por seu marido durante os anos de convivência matrimonial e que culminou com duas tentativas de homicídio e com a paraplegia irreversível da vítima denunciante.

O relatório admitiu o recebimento da denúncia, de acordo com os artigos 46, 2, letra “c” e 47 da Convenção Americana e artigo 12 da Convenção de Belém do Pará e, segundo o mesmo, o Brasil sequer manifestou-se a respeito do que lhe foi solicitado, conforme consta:

O Estado brasileiro não apresentou à Comissão resposta alguma com respeito à admissibilidade ou ao mérito da petição, apesar das solicitações formuladas pela Comissão ao Estado em 19 de outubro de 1998, em 4 de agosto de 1999 e em 7 de agosto de 2000.¹⁵

A Organização dos Estados Americanos considerou que o Estado Brasileiro violou,

¹⁴ COLETIVO FEMININO PLURAL/RS. **É preciso implementar a Plataforma de Beijing**. Rio Grande do Sul, 2000. Disponível em: <<http://www.nucleomulher.ufrgs.br/Beijing1.htm>> Acesso em: 07 abr. 2011.

¹⁵ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Relatório nº 54/01**. Caso 12.051: Maria da Penha Maia Fernandes. 4 abr. 2001. Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/annualrep/2001port/capitulo3c.htm>> Acesso em: 07 abr. 2011.

Os direitos às garantias judiciais e à proteção judicial assegurados pelos artigos 8º e 25 da Convenção Americana, em concordância com a obrigação geral de respeitar e garantir os direitos, prevista no artigo 1(1) do referido instrumento e nos artigos II e XVII da Declaração, bem como no artigo 7 da Convenção de Belém do Pará.¹⁶

A conclusão do relatório também fala que tal violação segue “um padrão discriminatório com respeito a tolerância da violência doméstica contra mulheres no Brasil por ineficácia da ação judicial” (OEA, 2001). E recomenda ainda “a reparação efetiva e pronta da vítima e a adoção de medidas, no âmbito nacional, para eliminar essa tolerância do Estado ante a violência doméstica contra mulheres” (OEA, 2001).

Da análise do mérito, o relatório concluiu que:

O silêncio processual do Estado com respeito à petição contradiz a obrigação que assumiu ao ratificar a Convenção Americana em relação à faculdade da Comissão para “atuar com respeito às petições e outras comunicações, no exercício de sua autoridade, em conformidade com o disposto nos artigos 44 e 51 da Convenção.”¹⁷

Das várias recomendações feitas pela Organização dos Estados Americanos ao Brasil que constam no relatório acima descrito em seu item 61, destaca-se a do sub-ítem nº 4, a seguir:

Prosseguir e intensificar o processo de reforma que evite a tolerância estatal e o tratamento discriminatório com respeito à violência doméstica contra mulheres no Brasil. A Comissão recomenda particularmente o seguinte:

- a) Medidas de capacitação e sensibilização dos funcionários judiciais e policiais especializados para que compreendam a importância de não tolerar a violência doméstica;
- b) Simplificar os procedimentos judiciais penais a fim de que possa ser reduzido o tempo processual, sem afetar os direitos e garantias de devido processo;
- c) O estabelecimento de formas alternativas às judiciais, rápidas e efetivas de solução de conflitos intrafamiliares, bem como de sensibilização com respeito à sua gravidade e às conseqüências penais que gera;
- d) Multiplicar o número de delegacias policiais especiais para a defesa dos direitos da mulher e dotá-las dos recursos especiais necessários à efetiva tramitação e investigação de todas as denúncias de violência doméstica, bem como prestar apoio ao Ministério Público na preparação de seus informes judiciais.
- e) Incluir em seus planos pedagógicos unidades curriculares destinadas à compreensão da importância do respeito à mulher e a seus direitos reconhecidos na Convenção de Belém do Pará, bem como ao manejo dos conflitos intrafamiliares.¹⁸

¹⁶ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Relatório nº 54/01**. Caso 12.051: Maria da Penha Maia Fernandes. 4 abr. 2001. Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/annualrep/2001port/capitulo3c.htm>> Acesso em: 07 abr. 2011.

¹⁷ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Relatório nº 54/01**. Caso 12.051: Maria da Penha Maia Fernandes. 4 abr. 2001. Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/annualrep/2001port/capitulo3c.htm>> Acesso em: 07 abr. 2011.

¹⁸ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Relatório nº 54/01**. Caso 12.051: Maria da Penha Maia Fernandes. 4 abr. 2001. Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/annualrep/2001port/capitulo3c.htm>> Acesso em 07 abr. 2011.

Por conta de uma forte pressão exercida pelo movimento feminista, o Congresso Nacional Brasileiro aprovou a Lei nº 10.866 de 17 de junho de 2004 que "acrescenta parágrafos ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado ‘Violência Doméstica’" (ALVES, 2006).¹⁹

No ano de 2005 foi promulgada a Lei n. 11.106/05, que alterou diversos dispositivos do Código Penal, todos estes referentes à questões de gênero, como por exemplo o acréscimo do termo “companheiro” e exclusão do termo “mulher honesta”, este último carregado de teor discriminatório.

Apesar da adoção de algumas medidas mais relevantes no que concerne à proteção dos direitos da mulher, Maria Berenice Dias acredita que “não houve uma resposta eficaz ao problema da mulher que sofria, no âmbito das relações de familiares e de afeto, a violência praticada por aqueles que deveriam protegê-la” (DIAS, 2007).²⁰

Já no ano de 2006, excetuando o Brasil, 17 (dezesete) países latino-americanos já contavam com medidas protetivas às mulheres vítimas de violência doméstica. Por conta disso e da recomendação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, foi criado o projeto de lei nº 37 da Câmara dos Deputados, tendo como relatora a senadora Lúcia Vânia, que criou

mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal.²¹

E finalmente, em 07 de agosto do ano de 2006 foi promulgada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva a Lei nº 11.340/2006 que entrou em vigor em 22 de setembro do mesmo ano: a Lei Maria da Penha.

¹⁹ ALVES, Fabrício da Mota. Lei Maria da Penha: das discussões à aprovação de uma proposta concreta de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n.1133, 8 ago. 2006. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/8764>> Acesso em: 02 abr 2011.

²⁰ DIAS, Maria Berenice. **A lei Maria da Penha na justiça a efetividade da lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. São Paulo: RT, 2007. p. 16.

²¹ BRASIL. Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 8 ago. 2006.

3. Uma história de violência e uma homenagem

Maria da Penha Maia Fernandes, farmacêutica bioquímica formada pela Universidade Federal do Ceará, foi mais uma dentre as milhares de mulheres vítimas de violência doméstica no Brasil. Em 1983, enquanto dormia, ela foi covardemente atingida por um tiro disparado por seu marido. Nesse episódio a vítima ficou inicialmente tetraplégica e depois irreversivelmente parapléica. Na época, o marido disse que o tiro foi disparado por um ladrão durante um assalto, porém tempo depois foi encontrada uma espingarda de sua propriedade e constatada que era a mesma arma utilizada para ferir a vítima.

Não obstante tamanha covardia, ao retornar do hospital para casa, Maria da Penha foi vítima de uma série de agressões que culminaram em uma nova tentativa de homicídio, dessa vez o marido tentou eletrocutá-la durante o banho. Depois dessas duas tentativas de homicídio e diante da inércia do Poder Judiciário em julgar o agressor, ela iniciou uma longa jornada em busca de justiça e segurança, tornando-se uma das responsáveis pela recomendação ao Brasil de uma revisão das políticas públicas no que tange à violência contra a mulher no País feita pela Organização dos Estados Americanos.²²

Em 22 de setembro de 2006 entrou em vigor a lei que leva seu nome, a Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo medidas para a prevenção, assistência e proteção às mulheres em situações de violência.

4. Conceito de “gênero” e de “violência de gênero”

O termo “gênero” serve para classificar fenômenos das mais diversas naturezas, como gêneros de filmes, de música, dos seres vivos, enfim é um termo de classificação. Na sociedade, “gênero” é utilizado para separar os indivíduos em sexo masculino e feminino, porém no campo das Ciências Sociais, o estudo vai muito além de uma simples denominação.

Até pouco tempo atrás, mais precisamente nos anos 60, os cientistas não se preocupavam com a construção social de homens e mulheres, quando estudos feministas problematizaram a idéia de que determinadas características sejam inerentes ao sexo feminino, tais como: maternidade, obediência, afetividade, etc. Essas características impunham às mulheres um status de “servidão”, de “inferioridade”, o que era mal visto pela sociedade ocidental de mercado, que exigia “agressividade” e a considerava característica inerente ao gênero masculino.

²² PROJETO MARIA DA PENHA. **A História da Maria da Penha**. Disponível em: <<http://www.mariadapenha.org.br/a-lei/a-historia-da-maria-da-penha/>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

Os estudos sobre gênero no Brasil tiveram como influência o trabalho da historiadora americana, feminista, Joan Scott que conceitua gênero como:

Minha definição de gênero tem duas partes e vários itens. Eles estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente distintos. O coração da definição reside numa ligação integral entre duas proposições: gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos [...] Entretanto, minha teorização de gênero está na segunda parte: gênero como uma forma primária de significação das relações de poder. Talvez fosse melhor dizer que gênero é um campo primário no qual ou através do qual o poder é articulado.²³

Diante disso, os estudiosos sobre o fenômeno da violência contra a mulher passaram a adotar o termo “violência de gênero” que, em um sentido mais restrito, seria a violência entre homem e mulher.

A autora Maria Amélia de Almeida Teles entende violência contra a mulher como uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher. Ela conceitua violência de gênero como:

um conceito que abrange vítima de ambos os sexos e é praticada por quem detém mais poder na relação. Deve-se considerar, todavia, que o poder masculino é incentivado por um sistema de exploração e dominação que ordena o controle e domínio, levando homens, muitas vezes, a lançar mão do uso da força, seja física ou emocional.²⁴

5. A luta das mulheres contra a violência. Dados alarmantes

Estima-se que mais da metade das mulheres vítimas de violência psicológica, física ou sexual, sofram caladas. Os motivos são vários: por medo de denunciar o agressor, receio de ficar abandonada, receio de ameaças contra os filhos, dependência econômica ou ainda por acharem que são elas mesmas as responsáveis pela violência.

O medo e a vergonha as impedem de denunciar o agressor, o que gera uma impunidade que fomentará ainda mais a violência, uma vez que este age sem qualquer reprimenda que o faça parar.

A Organização Mundial da Saúde publicou um boletim em janeiro de 2011 relatando que a violência contra a mulher “representa uma prioridade urgente de saúde pública”.²⁵

Mesmo em países desenvolvidos, com os Estados Unidos, os dados são preocupantes. Pesquisas internacionais demonstram que:

²³ SCOTT, Joan. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. In: **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988. p. 42-44.

²⁴ TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

²⁵ PROGRAMA INTERAGENCIAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA. **OMS: Violência Contra a mulher é prioridade de saúde pública**. Brasília, 11 jan 2011. Disponível em: <<http://www.generoracaetnia.org.br/pt/noticias/item/439-11/01/2011-oms-viol%C3%Aancia-contra-mulher-%C3%A9-prioridade-de-sa%C3%BAde-p%C3%BAblica.html>>. Acesso em: 09 fev. 2011.

- 17,6% das mulheres sofreram algum tipo de violação;
- 21,6% eram menores de 12 anos de idade quando foram estupradas;
- 32,4% estavam entre as idades de 12 e 17 anos;
- 37% dos estupros são relatados às autoridades.

Muitas destas ações foram executadas por alguém conhecido da vítima. Nos EUA, metade dos incidentes de violência doméstica são relatados às autoridades e alguém é violentada no país a cada dois minutos.²⁶

Estima-se que em torno de 60 milhões de meninas desapareçam por ano no mundo em virtude de crimes sexuais, mais de 4 milhões de mulheres e meninas são vítima do tráfico internacional de mulheres e ainda, que um terço das mulheres sofram com a violência doméstica no mundo todo.

O IBOPE e o Instituto Avon²⁷ realizaram em conjunto uma pesquisa com dados estatísticos sobre a violência contra a mulher em 2009. Os dados impressionam:

- 33% das mulheres acreditam que problema que mais as aflige é a violência doméstica;
- 51% das pessoas entrevistadas conhecem alguém que já foi vítima de violência;
- 76% acreditam que a pena de doação de cestas básicas não é levada a sério pelos agressores.

Com relação aos motivos pelos quais não abandonam o agressor, as vítimas responderam que:²⁸

- 24% não têm condições financeiras para viver sem o companheiro;
- 23% por causa da preocupação com os filhos; e
- 17% por medo de serem mortas caso rompa a relação.

Um dado interessante e que corrobora com a criação de Delegacias Especializadas no atendimento às mulheres é que 78% (setenta e oito por cento) das entrevistadas disseram que recomendam a procura destes locais em casos de denúncia de violência doméstica.

O Instituto Sangari, que tem como missão disseminar a cultura científica no país, divulgou o Mapa da Violência 2010 que aponta que uma mulher é agredida a cada 15 (quinze) segundos e uma é assassinada a cada duas horas no Brasil, colocando nosso país no 12º lugar no ranking mundial de assassinatos de mulheres.

²⁶ OBSERVE. **Violência contra a mulher**: ONU lança banco de dados. Observatório Lei Maria da Penha. Bahia, 07 abr 2011. Disponível em: <<http://www.observe.ufba.br/noticias/exibir/189>>. Acessado em: 20 abr. 2011.

²⁷ INSTITUTO AVON. **Pesquisa IBOPE/instituto AVON**: Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil. 2009. Disponível em: <http://www.falesemmedo.com.br/_conteudo/download/pesquisa/IBOPE-Pesquisa.pdf> Acesso em: 02 mar 2011.

²⁸ INSTITUTO AVON. **Pesquisa IBOPE/instituto AVON**: Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil. 2009. Disponível em: <http://www.falesemmedo.com.br/_conteudo/download/pesquisa/IBOPE-Pesquisa.pdf> Acesso em: 02 mar 2011.

Desse total, 40% (quarenta por cento) tem entre 18 (dezoito) e trinta (trinta) anos e são agredidas por namorados, maridos, companheiros, pais ou homens que foram por elas rejeitados.²⁹

No ano de 2011 o Instituto Sangari apresentou o Mapa da Violência 2011, tendo como caderno complementar pesquisa sobre o homicídio de mulheres na década compreendida entre os anos 1998 e 2008. Notou-se que a violência aumentou proporcionalmente ao aumento do número da população feminina no país. Na década estudada, 42 (quarenta e duas) mil mulheres foram assassinadas, sendo 40% (quarenta por cento) dos crimes cometidos dentro da própria casa das vítimas.

Em 1998 o Paraná ocupava o 13º (décimo terceiro) lugar no ranking dos homicídios de mulheres e conquistou a vergonhosa posição de 5º (quinto) lugar no ano de 2008, sendo o município de Toledo o que ocupa a 1ª (primeira) posição no ranking estadual.³⁰

Outros dados a serem considerados referem-se à desigualdade de gênero no campo profissional. No Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em 2007 realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³¹, que será necessário aguardar 87 anos para que os salários de homens e mulheres sejam equiparados caso o Brasil não tome providência quanto à criação de políticas para coibição da desigualdade de gêneros. Curiosamente, desde 1993 as mulheres apresentam taxa de estudo superior à dos homens, porém recebem salário menor e sofrem mais com o desemprego.

6. Principais aspectos da Lei nº 11.340/2006: Finalidade

A Lei Maria da Penha tem a missão de proporcionar instrumentos adequados para "coibir, prevenir e erradicar" a violência doméstica e familiar contra a mulher, com o objetivo de garantir sua "integridade física, psíquica, sexual, moral e patrimonial", a chamada "violência de gênero".

São duas preocupações básicas da lei: a primeira refere-se à retirada da apreciação pelos Juizados Especiais (Lei nº 9099/95) dos crimes praticados com violência contra a

²⁹ SANGARI BRASIL. **Mapa da violência 2010 é referência na mídia internacional**: dados sobre a violência contra a mulher têm repercussão na CNN e em mais 50 sites estrangeiros. São Paulo e Brasília, 22 jul. 2010. Disponível em: <<http://noticias.sangari.com/Detalhe.cfm?t=Mapa+da+Violencia++e+referencia+na+mídia+internacional&cod=15218>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

³⁰ SANGARI BRASIL. **Mapa da violência 2011**. São Paulo: Instituto Sangari, 2011. Disponível em: <<http://www.sangari.com/mapadaviolencia/>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

³¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/default.shtm>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

mulher e a não aplicação de penas ou medidas alternativas que tal lei prevê, tais como o fornecimento de cestas básicas ou penas pecuniárias, uma vez que estas medidas eram consideradas muito brandas para serem aplicadas em casos considerados graves. A segunda preocupação foi estabelecer regras e procedimentos próprios para investigação, apuração e julgamento dos crimes de violência contra a mulher cometidos no âmbito familiar.

Ora, o procedimento processual nos Juizados Especiais, apesar de possuir um caráter de celeridade não era adequado para apuração de crimes de violência contra a mulher, considerados no mundo todo como um dos grandes problemas da humanidade. A apuração dos fatos era feita de maneira rápida e superficial, as audiências não alcançavam a especificidade que tais crimes requerem e as penas aplicadas eram consideradas demasiadamente brandas, inclusive pelos próprios agressores, que sentiam-se livres para reincidirem na conduta delituosa. A previsão de penas como a distribuição de cestas básicas ou pagamento de multas gerava, muitas vezes, descrédito por parte da vítima na efetiva resolução do problema.

Consequentemente, as vítimas deixavam de denunciar os agressores com medo de sofrerem violência posterior ainda maior.

7. Campos de Abrangência

7.1 Unidade doméstica

A própria Lei 11.340/06, no inciso I do artigo 5º, define unidade doméstica como a “compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas”.³²

A ONU, por meio da publicação “*Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses*” (1998) define a “Unidade doméstica” como:

Uma unidade doméstica com várias pessoas (multi-person household), definida como um grupo de duas ou mais pessoas morando juntas e fazendo uma provisão comum de alimentos e outras despesas essenciais. As pessoas neste grupo podem unir seus rendimentos e partilhar um orçamento comum; podem ter ou não relações de parentesco ou ser uma combinação de pessoas com e sem parentesco.³³

³² BRASIL. Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 8 ago. 2006.

³³ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses**: Revision 1. Statistical Papers. Series M, n. 67 New York: United Nations: Department of Economic and Social Affairs: Statistics Division, 1998. Disponível em:

Maria Berenice Dias complementa, discorrendo que “a expressão unidade doméstica deve ser entendida no sentido de que a conduta foi praticada em razão dessa unidade da qual a vítima faz parte” (DIAS, 2007).³⁴

7.2 Âmbito familiar

O âmbito familiar ou âmbito da família também está previsto na Lei 11.340/06, no inciso II do artigo 5º, como sendo a “compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa”.³⁵

O autor Thomas Marky ensina sobre o conceito do termo “âmbito familiar”:

Etimologicamente, a palavra família prende-se ao verbete latino *famulus*, escravo, porém, em sua acepção original, família era evidentemente a familia proprio *iure*, i.e., o grupo de pessoas efetivamente sujeitas ao poder do paterfamilias. Noutra acepção lata e mais nova, família compreendia todas as pessoas que estariam sujeitas ao mesmo paterfamilias. Em ambos os conceitos de família, a base do liame são pessoas e a autoridade do paterfamilias, que congrega todos os membros.³⁶

Porém é necessário ressaltar, conforme escreve Guilherme de Souza Nucci, que:

A mulher agredida no âmbito da unidade doméstica deve fazer parte dessa relação doméstica. Não seria lógico que qualquer mulher, bastando estar na casa de alguém, onde há relação doméstica entre terceiros, se agredida fosse, gerasse a aplicação da agravante trazida pela Lei Maria da Penha.³⁷

7.3 Relação íntima de afeto

A relação íntima de afeto é a terceira hipótese de aplicação da lei Maria da Penha, onde está disposto no inciso III, do artigo 5º que será punida a violência decorrente de “qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação”.³⁸

<<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/ outros/FamPolPublicas/SaboiaCobo.pdf>.> Acesso em: 10 nov. 2010.

³⁴ DIAS, Maria Berenice. **A lei Maria da Penha na justiça a efetividade da lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. São Paulo: RT, 2007.

³⁵ BRASIL. Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 8 ago. 2006.

³⁶ MARKY, Thomas. **Curso Elementar de Direito Romano**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995. p.153.

³⁷ NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais comentadas**. São Paulo:RT, 2006. p 864.

³⁸ BRASIL. Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de

Porém, alguns doutrinadores encontraram alguma dificuldade em dimensionarem o termo “qualquer relação íntima de afeto”. Nesse sentido, Rogério Sanches e Ronaldo Batista Pinto afirmam que: “se trata de agressão inserida em um relacionamento estreito entre duas pessoas, fundado em camaradagem, confiança, amor, etc.”³⁹

Além disso, fica claro que a intenção do legislador nesse inciso foi a de extrapolar os limites do âmbito doméstico ao incluir também, como possíveis agressores, pessoas com quem as mulheres já tiveram alguma relação íntima de afeto, como ex-namorados, ex-companheiros e ex-maridos.

Assim explica Fabrício da Mota Alves, em artigo onde analisa a Lei Maria da Penha:

O fato de a coabitação não interferir como elemento de emolduração do fato típico reforça esses exemplos: aquele mesmo casal de namorados, em que cada um reside com suas respectivas famílias, não pode ser reconhecido como uma entidade familiar constituída pela união estável. Também não há entre eles a relação doméstica propriamente dita, especialmente conforme definição trazida pela nova Lei. Resta, assim, a terceira hipótese de aplicação da norma: a relação afetiva de intimidade.⁴⁰

8. Espécies de violência

Consta no *caput* do artigo 7º da Lei 11.340/06 o rol de formas e violência doméstica contra a mulher, a seguir:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de

Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 8 ago. 2006.

³⁹ CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica**. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

⁴⁰ ALVES, Fabrício da Mota. Lei Maria da Penha: das discussões à aprovação de uma proposta concreta de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 1133, 8 ago. 2006. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/8764>>. Acesso em: 05 abr. 2011.

trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
 V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.⁴¹

Maria Berenice Dias⁴² lembra que este rol não é taxativo, em virtude da expressão “entre outras” contida no *caput* do artigo.

O professor e promotor de Justiça do Rio Grande do Sul Pedro Porto, aponta e muito bem esclarece em sua obra que:

só se pode considerar violência doméstica e familiar contra a mulher a ocorrência de uma das formas de violência descritas nos incisos do artigo 7º em uma das circunstâncias previstas no artigo 5º da Lei 11.340/06. Assim, da combinação entre os artigos referidos, aduz-se que poderá haver violência física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral contra a mulher, no âmbito doméstico, ou familiar, ou em razão de relações afetivas atuais ou pretéritas. Se a violência não ocorrer dentro dessas formas e circunstâncias, estará afastada a aplicação da Lei 11.340/06.⁴³

A Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra a Mulher, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, ampliou o conceito de violência doméstica:

Todo ato de violência baseado em gênero, que tem como resultado, possível ou real, um dano físico, sexual ou psicológico, incluídas as ameaças, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade, seja a que aconteça na vida pública ou privada. Abrange, sem caráter limitativo, a violência física, sexual e psicológica na família, incluídos os golpes, o abuso sexual às meninas, a violação relacionada à herança, o estupro pelo marido, a mutilação genital e outras práticas tradicionais que atentem contra mulher, a violência exercida por outras pessoas que não o marido - e a violência relacionada com a exploração física, sexual e psicológica e ao trabalho, em instituições educacionais e em outros âmbitos, o tráfico de mulheres e a prostituição forçada e a violência física, sexual e psicológica perpetrada ou tolerada pelo Estado, onde quer que ocorra.⁴⁴

⁴¹ BRASIL. Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 8 ago. 2006.

⁴² DIAS, Maria Berenice. **A lei Maria da Penha na justiça a efetividade da lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. São Paulo: RT, 2007.

⁴³ PORTO, Pedro Rui da Fontoura. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Porto Alegre: Editora e Livraria do Advogado, 2007. p.23.

⁴⁴ SANTO, Iane Garcia do Espirito. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, 2006. Disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1521>. Acesso em: 02 mar. 2011.

8.1 Violência física

O conceito de violência física, ou violência visual, é facilmente encontrado em diversas obras e pode ser definida como “aquela entendida como qualquer conduta que ofenda integridade ou saúde corporal da mulher.”⁴⁵

É necessário ressaltar, conforme lembrado por Maria Berenice Dias, que:

não são necessárias marcas aparentes resultantes da agressão física, basta que o corpo ou a saúde física da mulher sejam ofendidos pelo uso da força, quer a ação seja dolosa, quer seja culposa, pois não houve distinção na Lei sobre a intenção do agressor.⁴⁶

8.2 Violência psicológica

A violência psicológica cometida contra a mulher foi abordada pela primeira vez como parte do conceito de violência contra a mulher adotado na Convenção de Belém do Pará, em 1995. Atualmente encontra-se prevista no artigo 7º, inciso II, da Lei 11.340/06.

Pedro Porto a conceitua como sendo “a ameaça, o constrangimento, a humilhação pessoal” (PORTO, 2007).⁴⁷ Para Maria Berenice Dias o dispositivo “visa proteger a auto-estima e a saúde psicológica da mulher contra a agressão emocional, a qual é tão ou mais grave que a física” (DIAS, 2007).⁴⁸

Este tipo de crime, também chamada de violência não-visual, também pode ser definida como:

Qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da auto-estima à mulher ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.⁴⁹

⁴⁵ PROJETO MARIA DA PENHA. **Conheça seus direitos**. Disponível em: <<http://www.mariadapenha.org.br/a-lei/conheca-os-seus-direitos/>>. Acessado em: 25 out. 2010.

⁴⁶ DIAS, Maria Berenice. **A lei Maria da Penha na justiça a efetividade da lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. São Paulo: RT, 2007.

⁴⁷ PORTO, Pedro Rui da Fontoura. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Porto Alegre: Editora e Livraria do Advogado, 2007.

⁴⁸ DIAS, Maria Berenice. **A lei Maria da Penha na justiça a efetividade da lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. São Paulo: RT, 2007.

⁴⁹ PROJETO MARIA DA PENHA. **Conheça seus direitos**. Disponível em: <<http://www.mariadapenha.org.br/a-lei/conheca-os-seus-direitos/>>. Acessado em: 25 out. 2010.

8.3 Violência sexual

“A violência sexual está baseada fundamentalmente na desigualdade entre homens e mulheres.”⁵⁰

São várias as fontes e os doutrinadores que conceituam a violência sexual, que por sua vez, é uma das formas mais comuns e traumatizantes da violência doméstica e familiar contra a mulher. Está prevista no artigo 7º, inciso III da Lei 11.340/06.

A Prefeitura Municipal de Curitiba, em seu “Protocolo de Atenção às Mulheres em Situação de Violência”, assim a conceitua:

A violência sexual é qualquer conduta que a constranja a presenciar, manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; comercializar ou utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade; a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

Tal prática é considerada crime mesmo se exercida por um familiar, seja ele pai, padrasto, companheiro ou marido. O estupro, ato libidinoso, abuso sexual na infância e adolescência, sexo forçado no casamento, assédio sexual, atentado violento ao pudor e abuso incestuoso são exemplos de violência sexual.⁵¹

É necessário grifar que este tipo de violência também ocorre no campo profissional e, normalmente é praticada por colegas de trabalho e/ou superiores.

8.4 Violência patrimonial

A Violência patrimonial encontra-se prevista no inciso IV do artigo 7º da Lei 11.340/06. Ela importa em:

qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos pertencentes à mulher, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.⁵²

⁵⁰ PROJETO MARIA DA PENHA. **Conheça seus direitos**. Disponível em: <<http://www.mariadapenha.org.br/a-lei/conheca-os-seus-direitos/>>. Acessado em: 25 out. 2010.

⁵¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Atenção às Mulheres em Situação de Violência**. 2007. Disponível em: <<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/baixarMultimidia.aspx?id=616>>. Acesso em: 08 mar. 2011.

⁵² BRASIL. Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 8 ago. 2006.

⁵² DIAS, Maria Berenice. **A lei Maria da Penha na justiça a efetividade da lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. São Paulo: RT, 2007.

Interessante grifar que em países como a Índia e alguns países árabes as filhas mulheres são totalmente renegadas quanto ao patrimônio familiar, cabendo tão somente aos filhos homens o controle e a herança de todos os bens que a família possui.

A violência patrimonial é comum no Brasil no que refere-se à exploração de mulheres mais velhas, geralmente aposentadas, que são obrigadas a dar aos filhos a parca quantia que recebem mensalmente e acabam por passar necessidades financeiras por não ter a quem mais recorrer.

8.5 Violência moral

A violência moral, prevista no artigo 7º, inciso V, da Lei 11.340/06, desdobra-se em outros três crimes e é percebida no caso da prática de qualquer um deles: “Entende-se por violência moral qualquer conduta que importe em calúnia, difamação ou injúria”.

Por calúnia entende-se o fato de atribuir, falsamente, a alguém a responsabilidade pela prática de um ato determinado definido como crime. Pode ser feita verbalmente, de forma escrita, por representação gráfica ou internet.

A difamação, por sua vez, consiste em atribuir a alguém fato determinado ofensivo à sua reputação.

A injúria consiste em atribuir a alguém qualidade negativa, que ofenda sua dignidade ou decoro.

A calúnia e a difamação estão aproximadas por atingirem a “honra objetiva de alguém”, ou seja, a honra íntima que cada um possui e que é atingida quando terceiros tomam conhecimento de tal imputação. Apenas é restaurada através da retratação total do ofensor (de quem realiza a conduta, neste caso, contra a mulher), mas na calúnia ainda se exige que a imputação do fato seja falsa, e, além disso, que este seja definido como crime (exemplo: crime de homicídio – “matar alguém”), o que não ocorre na difamação.”⁵³

Alguns doutrinadores a consideram sinônimo da violência psicológica, porém a principal característica da violência moral é a conduta do agressor que intenciona a difamação da vítima na sociedade, enquanto que a violência psicológica normalmente restringe-se ao ambiente doméstico.

9. Relação entre gênero *versus* poder

Historicamente o papel destinado às mulheres na sociedade era o de esposa, mãe e dona de casa. Elas representavam a sombra do macho provedor e sua função era tão somente de apoio e submissão.

⁵³PROJETO MARIA DA PENHA. **Conheça seus direitos**. Disponível em: <<http://www.mariadapenha.org.br/a-lei/conheca-os-seus-direitos/>>. Acessado em: 25 out. 2010.

Este comportamento era, e muitas vezes ainda é fruto da relação existente entre gênero e poder, decorrente de uma sociedade originariamente machista e conservadora, que delegava às mulheres um controle de comportamento.

A inferioridade histórica da mulher é fruto de um conjunto de fatores, tais como: o pensamento dos formadores de opinião, os costumes da sociedade patriarcal e a doutrina da igreja, entre outros.

A escritora Zuleika Alambert ensina sobre os pensadores e seus conceitos sobre a mulher:

Platão, em A República, V livro, desenhava a mulher como reencarnação dos homens covardes e injustos. Aristóteles, em A História Animalium, afirmava que a mulher é fêmea em virtude de certas características: é mais vulnerável à piedade, chora com mais facilidade, é mais afeita à inveja, à lamúria, à injúria, tem menos pudor e menos ambição, é menos digna de confiança, é mais encabulada. Os ideólogos burgueses destacaram sua inclinação natural para o lar e a educação das crianças. Nesse sentido, Rousseau vê a mulher como destinada ao casamento e à maternidade. Kant a considera pouco dotada intelectualmente, caprichosa indiscreta e moralmente fraca. Sua única força é o encanto. Sua virtude é aparente e convencional.⁵⁴

A partir dos conceitos acima estudados fica claro estabelecer o paralelo entre eles e a exclusão feminina, que tornou-se objeto de estudo e de luta por movimentos feministas em todo o mundo.

Desde cedo nota-se a tendência em definir o papel entre homens e mulheres, como por exemplo, nas brincadeiras infantis. O menino recebe dos pais carrinho, motos, espadas e revólveres, objetos relacionados ao poder e à força. A menina recebe boneca, fogãozinho, pia e até mesmo miniaturas de vassouras e rodos, para doutriná-la que seu papel é cuidar dos filhos, cozinhas e limpar a casa.

A partir daí as personalidades (homem x mulher) já ficam delineadas e o papel de cada um deles previamente estipulado. O menino cresce entendendo que a mulher é submissa a ele e quando adulto é assim que age. Nesse instante é que a exclusão feminina, oriunda de uma relação entre gênero e poder, dá margem à uma violência supostamente legítima, segundo o agressor.

Sobre a relação entre masculino e feminino, Almeida e Leiner expressam que:

A unidade e sua ligação sexual amorosa com o outro, como objeto total, só pode ser feita quando existe uma identidade de gênero bem constituída e esse indivíduo tem a

⁵⁴ ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo**: o ponto de vista marxista. Nobel: São Paulo, 1986.

capacidade de suportar que ele é uma pessoa separada, que sente falta, tem cuidado, consideração e precisa do outro.⁵⁵

No Brasil a relação entre gênero e poder deriva de uma sociedade patriarcal e somente depois dos anos 30, com a conquista dos primeiros direitos civis, é que as mulheres realmente se deram conta que era preciso iniciar uma longa batalha para que sua voz fosse ouvida.

10. A alegação de inconstitucionalidade material da Lei Maria da Penha

Alguns magistrados e doutrinadores, ainda que pertencentes à minoria, consideram a Lei 11.340/06 inconstitucional e embasam seus argumentos numa falha do legislador ao mencionar na referida lei que a mesma visa regulamentar o § 8º do artigo 226 da Constituição Federal, uma vez que tal dispositivo não faria referência em coibir a violência contra a mulher especificamente, mas sim no âmbito familiar.

Alegam ainda que a Lei Maria da Penha inverteu a ordem da igualdade entre os sexos e afrontou o Estado Democrático de Direito ao violar o Princípio da Isonomia da Lei.

Está disposto no *caput* do artigo 5º da Constituição Federal que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Sobre o assunto, José Afonso discorre que “a igualdade constitui o signo da democracia e é reforçada em outras normas, como no inciso I do art. 5º, que assegura a igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações.”⁵⁶

A promotora Stela Valéria Soares de Farias Cavalcanti, doutrinadora sobre o tema, assevera que:

Tanto a CF/88 como as outras Constituições tratam de forma expressa tão somente a igualdade perante a lei, no sentido de que as normas devem ser elaboradas e aplicadas indistintamente a todos os indivíduos. É a denominada isonomia formal. Entretanto, tal isonomia não leva em conta a existência de grupos ditos minoritários ou hipossuficientes, que necessitam de uma proteção especial para que alcancem a igualdade não apenas normativa, mas baseada em ideais de justiça (isonomia material).⁵⁷

Nesse sentido, a isonomia não refere-se tão somente ao tratamento igual a todos os indivíduos, mas sim obedece ao princípio aristotélico de que a verdadeira igualdade consiste em tratar os iguais de maneira igual e os desiguais de maneira desigual.

Sobre este tema, escreve Alexandre de Moraes que:

⁵⁵ ALMEIDA, Rui H.; LERNER, Rosely Brajterman. Identidade e gênero: sua importância na prática analítica - uma visão teórica. **Revista Brasileira de Psicanálise**, Rio de Janeiro, n. 3, 1999. p. 492.

⁵⁶ SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 85.

⁵⁷ BARBOSA, Andresa Wanderley de Gusmão; CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. A constitucionalidade da Lei Maria da Penha. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 12, n. 1497, 7 ago. 2007. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/10249>>. Acesso em: 10 maio 2011.

O que a lei veda são as diferenciações arbitrárias e as discriminações absurdas. Tal elemento discriminador só será válido se estiver a serviço de alguma finalidade acolhida pelo Direito, como por exemplo, na busca da igualdade de condições sociais.⁵⁸

A igualdade material é verificada quando da criação de medidas protetivas específicas destinadas às minorias em situação de risco. Cavalcanti (2007) esclarece que “constatada a desigualdade em relação a uma determinada classe de indivíduos, como as mulheres ou as minorias étnicas, as ações positivas são o meio direto e eficaz para alcançar a igualdade real.”⁵⁹

A Lei Maria da Penha nada mais é do que a concretização de ações positivas do Estado visando à proteção das mulheres, minoria discriminada historicamente e objeto de violência dentro e fora do âmbito familiar.

11. Princípios relevantes no Controle de Constitucionalidade da Lei 11.340/2006

11.1 Princípio da igualdade

O princípio da igualdade, também denominado de “princípio da isonomia da lei”, trata da maneira idêntica pela qual todas as pessoas devam ser tratadas e encontra-se previsto no art. 5º da Constituição Federal. Diante disso, é vedada toda e qualquer discriminação ou preconceito de raça, cor, sexo e religião.⁶⁰

O professor Fábio Tavares vai além:

A igualdade formal ou jurídica consiste na igualdade perante o ordenamento jurídico e a sociedade. A igualdade perante a lei não exclui a possível desigualdade de tratamento em face de peculiaridades de certas situações. Ademais, o ideal de justiça reclama tratamento igual para os iguais, mas isto pressupõe tratamento desigual aos desiguais, na exata medida da desigualdade. Fatores discriminatórios são admitidos, desde que guardem correlação lógica com a distinção do regime jurídico com base nele estabelecido.⁶¹

O princípio da igualdade é uma das principais bandeiras que diversos movimentos feministas e de amparo à mulher empunharam durante anos, na busca por igualdade de direitos entre homens e mulheres.

⁵⁸ MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2005. p. 77.

⁵⁹ CAVALCANTI, Stela Valéria de Farias. **Violência Doméstica Contra a Mulher**. Análise da Lei Maria da Penha, nº 11.340/06. Podivm: Bahia, 2007.

⁶⁰ SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

⁶¹ TAVARES, Fábio. **Apostila de Direito Constitucional**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/43967605/Apostila-de-Direito-Constitucional>>. Acesso em: 20 fev 2011.

11.2 Princípio do juiz natural

O princípio do juiz natural, estabelecido no art. 5º, incisos XXXVII e LIII da Constituição Federal, “tem como conteúdo a prévia individualização do órgão investido de poder jurisdicional que decidirá a causa e a garantia de justiça material, dada a obrigatória imparcialidade do juiz”.⁶²

As duas principais características deste princípio são: a vedação ao tribunal de exceção e a garantia de que ninguém será processado e julgado por outra que não seja a autoridade competente para tal, visando assim, uma imparcialidade do órgão competente para julgar.

11.3 Princípio da dignidade da pessoa humana

Em nossa Carta Magna o princípio da dignidade da pessoa humana encontra-se elencado no art. 1º, inciso III.

O ilustre doutrinador Nelson Nery ensina que tal princípio “É o fundamento axiológico do Direito; é a razão de ser da proteção fundamental do valor da pessoa e, por conseguinte, da humanidade do ser e da responsabilidade que cada homem tem pelo outro”.⁶³

“A proclamação do valor distinto da pessoa humana teve como consequência lógica a afirmação de direitos específicos de cada homem. A dignidade da pessoa humana é, por conseguinte, o núcleo essencial dos direitos fundamentais”⁶⁴, a “fonte jurídico-positiva dos direitos fundamentais”⁶⁵, a “fonte ética, que confere unidade de sentido, de valor e de concordância prática ao sistema dos direitos fundamentais”⁶⁶, o “valor que atrai a realização dos direitos fundamentais”⁶⁷, “el valor básico (Grundwert) fundamentador de los derechos

⁶² NERY JUNIOR, Nelson Nery. **Princípios do Processo Civil na Constituição Federal**. 2. ed. São Paulo:RT, 1995. p. 64.

⁶³ NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

⁶⁴ SANTOS, Fernando Ferreira dos. Princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 3, n. 27, 23 dez. 1998. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/160>>. Acesso em: 25 março 2011.

⁶⁵ FARIAS, Edilson Pereira de. **Colisão de Direitos**. 2. ed. São Paulo: Safe, 2000.

⁶⁶ MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional**. 4. Ed. São Paulo:Coimbra, 2000. p.166-167.

⁶⁷ SILVA, José Afonso da. Dignidade da pessoa humana como valor supremo da sociedade democrática. In: XV Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. **Anais...** Foz do Iguaçu: OAB, 1994. p. 549.

humanos"⁶⁸. "*Los derechos fundamentales son la expresión más inmediata de la dignidad humana*"⁶⁹.

No que concerne à violência doméstica e familiar contra a mulher, o princípio da dignidade da pessoa humana talvez seja o grande marco que sustenta todos os argumentos em prol da luta de mulheres que há muito buscam da sociedade em geral, e especialmente dos homens, um mínimo de respeito.

12. Justificativas para tratamento específico às mulheres

Uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, intitulada “Mulheres Brasileiras nos espaços público e privado - 2010”, indica dados suficientes que apontam justificativas mui plausíveis para um tratamento diferenciado às mulheres. Eis alguns dados sobre pesquisa realizada no Brasil:

25% das mulheres são vítimas de violência doméstica;
 33% da população feminina admite já ter sofrido algum tipo de violência doméstica;
 Em 70% das ocorrências de violência doméstica contra a mulher, o agressor é marido ou companheiro;
 Os maridos são responsáveis por mais de 50% dos assassinatos de mulheres e, em 80% dos casos, o assassino alega defesa da honra;
 1,9% do PIB brasileiro é consumido no tratamento de vítimas da violência doméstica;
 80% das mulheres que residem nas capitais e 63% das que residem no interior reagem às agressões que sofrem;
 11% das mulheres foram vítimas de violência durante a gravidez e 38% delas receberam socos e pontapés na barriga;
 São registradas por ano 300 mil denúncias de violência doméstica;
 Cerca de seis em cada sete mulheres (84%) e homens (85%) já ouviram falar da Lei Maria da Penha e cerca de quatro em cada cinco (78% e 80% respectivamente) têm uma percepção positiva da mesma.⁷⁰

Maria Berenice Dias cita o Relatório Nacional Brasileiro sobre a violência contra a mulher, grifando que

Basta contar até 15 e pronto: já passaram 15 segundos. Parece ser um lapso de tempo tão insignificante, durante o qual nada acontece, tanto que o período de 24 horas contém 5.760 vezes a fração de 15 segundos. (...) isto é, a cada dia, 5.760 mulheres são espancadas no Brasil⁷¹

⁶⁸ PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. **Derechos Humanos, Estado de Derecho y Constitución**. 10. ed. Madri:[s.n], 2010. p. 294.

⁶⁹ FERNANDEZ SEGADO, Francisco. Teoria jurídica de los derechos fundamentales en la Constitución Española de 1978 y en su interpretación por el Tribunal Constitucional. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, n. 3, 1994. p. 77.

⁷⁰ FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Mulheres Brasileiras nos espaços público e privado - 2010**. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/galeria/violencia-domestica>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

⁷¹ DIAS, Maria Berenice. **Conversando sobre justiça e os crimes contra as mulheres**. 2002. Disponível em: <<http://www.pagu.org.br>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

A promotora Stela Cavalcanti afirma que o tratamento específico é dever do Estado, ao fundamentar que:

- a) O Estado deve buscar uma isonomia material, tratando os desiguais na medida de suas desigualdades, de forma não abusiva;
- b) As mulheres formam um grupo especial (assim como as crianças e os idosos), porque, ao longo dos séculos, foram vítimas da dominação do homem sobre as mesmas;
- c) Os tratados internacionais ratificados pelo Brasil apontam a necessidade de uma maior proteção às mulheres, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), que impõe aos Estados-partes as obrigações de eliminar a discriminação e assegurar a igualdade; bem como em atenção à Convenção de Viena, em que a violência baseada no gênero foi reconhecida como violação aos direitos humanos. Imprescindível, portanto, a atuação do Estado na implementação de políticas públicas, seja na criação da lei, como em sua aplicação, na busca de uma maior proteção às vítimas de violência doméstica.⁷²

Sobre este tema, escreve o Doutor Antônio Veloso Peleja Júnior, magistrado do estado do Mato Grosso do Sul:

A proteção aos grupos sociais mais vulneráveis (mulheres, crianças, idosos, homossexuais, portadores de necessidades especiais) são a tônica da quarta dimensão de direitos humanos.[...] É dever do Estado sua atuação prestacional positiva.[...] O fator de discriminação da *lex gravior* é justificável porque as mulheres são grupo socialmente oprimido e prevalece a desigualdade de gênero.⁷³

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através da Resolução nº 128 de 17 de março de 2011, determinou a criação de Coordenadorias Estaduais das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.⁷⁴

Sobre a resolução acima, o Doutor Peleja Júnior afirma que:

A intenção do Conselho é garantir os direitos humanos das mulheres na seara das relações domésticas e familiares (art. 1º, § 1º, da Lei nº 11.340/06) e coordenar a elaboração e execução das políticas públicas neste sentido, no âmbito do Poder Judiciário.⁷⁵

⁷² BARBOSA, Andresa Wanderley de Gusmão; CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. A constitucionalidade da Lei Maria da Penha. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 12, n. 1497, 7 ago. 2007. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/10249>>. Acesso em: 21 mai. 2011.

⁷³ PELEJA JÚNIOR, Antônio Veloso. A Resolução nº 128 do CNJ e os direitos humanos das mulheres. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 16, n. 2874, 15 mai. 2011. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/19108>>. Acesso em: 10 mai. 2011.

⁷⁴ BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 128. Determina a criação de Coordenadorias Estaduais das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal. **Diário da Justiça Eletrônico**. DJ-e nº 50/2011, Brasília 21 mar. 2011. p. 2.

⁷⁵ PELEJA JÚNIOR, Antônio Veloso. A Resolução nº 128 do CNJ e os direitos humanos das mulheres. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 16, n. 2874, 15 mai. 2011. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/19108>>. Acesso em: 10 mai. 2011.

Analisando sobre o assunto percebe-se que a justificativa para o tratamento específico às mulheres não afronta o disposto na Constituição Federal no que concerne ao Princípio da Isonomia entre homens e mulheres. Ao contrário disso, o que se busca é tão somente uma proteção específica àquelas que, comprovadamente, fazem parte da minoria que deve receber atenção privilegiada por parte do Estado.

13. Considerações finais

A Lei Maria da Penha é fruto da batalha de vários movimentos e segmentos sociais na busca por uma efetiva proteção às mulheres em estado de risco, vítimas de vários tipos de violência.

O pontapé inicial foi dado por uma vítima não só da violência praticada por seu marido, mas também vítima da inércia do Estado que não tomou as medidas legais cabíveis para que o agressor fosse punido. Foi preciso que a vítima Maria da Penha, juntamente com o Centro pela Justiça pelo Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), formalizassem uma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), para que alguma medida fosse tomada.

Ainda assim, mesmo notificado, o poder Judiciário brasileiro permaneceu inerte por algum tempo, obrigando a Organização dos Estados Americanos (OEA) a elaborar um relatório sobre o ocorrido e a recomendar ao Brasil que cumprisse ao que obrigou-se quando da sua ratificação enquanto estado-membro da mesma.

Os benefícios imediatos da aplicação desta lei são superiores às críticas e posicionamentos contrários a ela. São alguns exemplos:

- a definição do que é violência doméstica, incluindo não apenas as agressões físicas e sexuais, como também as psicológicas, morais e patrimoniais;
- reforça que todas as mulheres, independentemente de sua orientação sexual são protegidas pela lei, o que significa que mulheres também podem ser enquadradas – e punidas – como agressoras;
- não há mais a opção de os agressores pagarem a pena somente com cestas básicas ou multas. A pena é de três meses a três anos de prisão e pode ser aumentada em 1/3 se a violência for cometida contra mulheres com deficiência;
- ao contrário do que acontecia antigamente, não é mais a mulher quem entrega a intimação judicial ao agressor;
- a vítima é informada sobre todo o processo que envolve o agressor, especialmente sobre sua prisão e soltura;
- a mulher deve estar acompanhada por advogado e tem direito a defensor público;
- podem ser concedidas medidas de proteção como a suspensão do porte de armas do agressor, o afastamento do lar e uma distância mínima em relação à vítima e aos filhos;
- permite prisão em flagrante;

- no inquérito policial constam os depoimentos da vítima, do agressor, de testemunhas, além das provas da agressão;
- a prisão preventiva pode ser decretada se houver riscos de a mulher ser novamente agredida e o agressor é obrigado a comparecer a programas de recuperação e reeducação.⁷⁶

A violência praticada contra a mulher é assunto recorrente nos noticiários mundiais e brasileiros. O quadro amplamente divulgado é muito preocupante e a impressão que fica é que os agressores e homicidas não importam-se com as conseqüências de seus atos, que em alguns casos envolvem até mesmo os filhos do casal. Note-se que fica clara a impressão de “propriedade” que os agressores têm em relação às vítimas, pois na maioria dos casos cometem a violência ao sentirem-se contrariados ou desprezados, como se isso os legitimasse a agir assim.

Os dados estatísticos apontam que a situação melhorou consideravelmente após o advento da Lei 11.340/06, porém alguns magistrados e suas decisões que a desabonam parecem privilegiar o pensamento dos agressores de que a busca por igualdade entre homens e mulheres os legitima a usar a força física contra suas vítimas.

Durante a elaboração deste trabalho não foi raro ouvir opiniões de colegas homens de que as mulheres lutam por tratamento igualitário diante da sociedade, mas “escondem-se” atrás de uma lei que as privilegia, ou ainda, que as verdadeiras vítimas são os homens, uma vez que a eles não é dispensado tratamento diferenciado.

Como demonstrado neste trabalho, a história nos mostra que até mesmo a Bíblia delegava às mulheres um papel de submissão e que a luta por um mínimo de proteção enfrentou décadas de discussões e manifestações. A sociedade de hoje encontra mulheres desempenhando papéis de destaque no mercado empresarial, nas indústrias, na cultura e na política, vide que nossa atual Presidente da República é uma mulher!

Assim, parece que a Lei Maria da Penha é constitucional e encontra-se em perfeita consonância com o disposto no consagrado Princípio da Isonomia da Lei. Inconstitucional seria o fato dela não existir.

⁷⁶ PRADO, Thays. **Maria da Penha, em resumo**. 2009. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/atitude/conteudo_425784.shtml>. Acesso em: 26 mai.2011.

REFERÊNCIAS

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo**: o ponto de vista marxista. Nobel: São Paulo, 1986.

ALMEIDA, Rui H.; LERNER, Rosely Brajterman. Identidade e gênero: sua importância na prática analítica - uma visão teórica. **Revista Brasileira de Psicanálise**, Rio de Janeiro, n. 3, 1999.

ALVES, Fabrício da Mota. Lei Maria da Penha: das discussões à aprovação de uma proposta concreta de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n.1133, 8 ago. 2006. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/8764>> Acesso em: 02 abr 2011.

BARBOSA, Andresa Wanderley de Gusmão; CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. A constitucionalidade da Lei Maria da Penha. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 12, n. 1497, 7 ago. 2007. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/10249>>. Acesso em: 10 maio 2011.

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. 7. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2009

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 128. Determina a criação de Coordenadorias Estaduais das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal. **Diário da Justiça Eletrônico**. DJ-e nº 50/2011, Brasília 21 mar. 2011.

BRASIL. Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 8 ago. 2006.

CANOTILHO. José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. Portugal: Editora Almedina Brasil, 2010.

CAVALCANTI, Stela Valéria de Farias. **Violência Doméstica Contra a Mulher**. Análise da Lei Maria da Penha, nº 11.340/06. Podivm: Bahia, 2007.

CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Controle Repressivo de constitucionalidade**. Disponível em: <<http://institutosantoivo.blogspot.com/2008/07/controle-de-constitucionalidade.html>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

COLETIVO FEMININO PLURAL/RS. **É preciso implementar a Plataforma de Beijing**. Rio Grande do Sul. 2000. Disponível em: <<http://www.nucleomulher.ufrgs.br/Beijing1.htm>> Acesso em: 07 abr. 2011.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica**. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

DIAS, Maria Berenice. **A lei Maria da Penha na justiça a efetividade da lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. São Paulo: RT, 2007.

_____. **Ações afirmativas: a solução para desigualdade**. Disponível em <http://www.mariaberenice.com.br/uploads/3_-_a%E7%F5es_afirmativas_-_a_solu%E7%E3o_para_a_desigualdade.pdf> Acesso em: 03 abr 2011.

_____. **Conversando sobre justiça e os crimes contra as mulheres**. 2002. Disponível em: <<http://www.pagu.org.br>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

FARIAS, Edilson Pereira de. **Colisão de Direitos**. 2. ed. São Paulo: Safe, 2000.

FERNANDEZ SEGADO, Francisco. Teoria jurídica de los derechos fundamentales en la Constitución Española de 1978 y en su interpretación por el Tribunal Constitucional. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, n. 3, 1994. p. 77.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Juiz considera Lei Maria da Penha inconstitucional e diabólica**. São Paulo, 21 dez. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u338430.shtml>> Acesso em: 31 mar. 2011.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Mulheres Brasileiras nos espaços público e privado - 2010**. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/galeria/violencia-domestica>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

GOMES, Luiz Flávio; BIANCHINI, Alice. Aspectos criminais da Lei de Violência contra a Mulher. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 1169, 13 set. 2006. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/8916>>. Acesso em: 02 abr. 2011.

INSTITUTO AVON. **Pesquisa IBOPE/instituto AVON: Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil**. 2009. Disponível em: <http://www.falesemmedo.com.br/_conteudo/download/pesquisa/IBOPE-Pesquisa.pdf> Acessado em 02 mar 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/default.shtm>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

LINARD, Ana Raquel Colares dos Santos. Lei Maria da Penha: inconstitucional por quê?. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 12, n. 1505, 15 ago. 2007. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/10283>>. Acesso em: 31 mar. 2011.

MARKY, Thomas. **Curso Elementar de Direito Romano**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

MARQUE, Luiz Arthur Pádua. **A Inconstitucionalidade de Lei Maria da Penha**. Disponível em: <http://r2concursos.uol.com.br/_site/artigos/artigo_default.asp?ID=1016>. Acesso em: 24 fev 2011.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; MENDES, Gilmar Ferreira. **Controle Concentrado de Constitucionalidade**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). Tribunal de Justiça. Ementa. Recurso em sentido estrito. violência doméstica e familiar contra a mulher. Declaração incidental de inconstitucionalidade da Lei n. 11.340/06. Recurso ministerial. Pedido de modificação da decisão monocrática que declarou a inconstitucionalidade da lei n. 11.340/06. Vício de inconstitucionalidade. Violação aos princípios da igualdade e proporcionalidade. Decisão mantida. Competência do juizado especial criminal. Improvido. Recurso em sentido estrito nº 2007.023422-4/0000-00. Rel. Romero Osme Dias. **Lex: Jurisprudência do STJ e Tribunais Regionais Federais**, Campo Grande, mar. 2007.

MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional**. 4. Ed. São Paulo: Coimbra, 2000. p.166-167.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2008.

NERY JUNIOR, Nelson Nery. **Princípios do Processo Civil na Constituição Federal**. 2. ed. São Paulo: RT, 1995.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais comentadas**. São Paulo: RT, 2006.

OBSERVE. **Violência contra a mulher**: ONU lança banco de dados. Observatório Lei Maria da Penha. Bahia, 07 abr 2011. Disponível em: <<http://www.observe.ufba.br/noticias/exibir/189>>. Acessado em: 20 abr. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses**: Revision 1. Statistical Papers. Series M, n. 67 New York: United Nations: Department of Economic and Social Affairs: Statistics Division, 1998.

Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outras/FamPolPublicas/SaboiaCobo.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2010.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher.** Convenção de Belém do Pará. Disponível em: <<http://www.cidh.org/Básicos/base8.htm>>. Acesso em: 07 abr. 2011.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Relatório nº 54/01.** Caso 12.051: Maria da Penha Maia Fernandes. 4 abr. 2001. Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/annualrep/2001port/capitulo3c.htm>> Acesso em: 07 abr. 2011.

PELEJA JÚNIOR, Antônio Veloso. A Resolução nº 128 do CNJ e os direitos humanos das mulheres. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 16, n. 2874, 15 mai. 2011. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/19108>>. Acesso em: 10 mai. 2011.

PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. **Derechos Humanos, Estado de Derecho y Constitución.** 10. ed. Madri:[s.n], 2010.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.** São Paulo: Saraiva, 2009.

PORTO, Pedro Rui da Fontoura. **Violência doméstica e familiar contra a mulher.** Porto Alegre: Editora e Livraria do Advogado, 2007.

PRADO, Thays. **Maria da Penha, em resumo.** 2009. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/atitude/conteudo_425784.shtml>. Acesso em: 26 mai.2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Atenção às Mulheres em Situação de Violência.** 2007. Disponível em: <<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/baixarMultimedia.aspx?idf=616>>. Acesso em: 08 mar. 2011.

PROGRAMA INTERAGENCIAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA. **OMS: Violência Contra a mulher é prioridade de saúde pública.** Brasília, 11 jan 2011. Disponível em: <<http://www.generoracaetnia.org.br/pt/noticias/item/439-11/01/2011-oms-viol%C3%Aancia-contra-mulher-%C3%A9-prioridade-de-sa%C3%BAde-p%C3%BAblica.html>>. Acesso em: 09 fev. 2011.

PROJETO MARIA DA PENHA. **A História da Maria da Penha.** Disponível em: <<http://www.mariadapenha.org.br/a-lei/a-historia-da-maria-da-penha/>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

PROJETO MARIA DA PENHA. **Conheça seus direitos**. Disponível em: <<http://www.mariadapenha.org.br/a-lei/conheca-os-seus-direitos/>>. Acessado em: 25 out. 2010.

SABADELL, Ana Lucia. Perspectivas jus-sociológicas da violência doméstica: efetiva tutela de direitos fundamentais e/ou repressão penal. **Revista dos Tribunais/Fascículo Penal**, São Paulo, ano 94, v. 840, out. 2005.

SANGARI BRASIL. **Mapa da violência 2010 é referência na mídia internacional**: dados sobre a violência contra a mulher têm repercussão na CNN e em mais 50 sites estrangeiros. São Paulo e Brasília, 22 jul. 2010. Disponível em: <<http://noticias.sangari.com/Detail.cfm?t=Mapa+da+Violencia++e+referencia+na+midia+internacional&cod=15218>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

SANGARI BRASIL. **Mapa da violência 2011**. São Paulo: Instituto Sangari, 2011. Disponível em: <<http://www.sangari.com/mapadaviolencia/>>. Acesso em :20 abr. 2011.

SANTO, Iane Garcia do Espirito. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, 2006. Disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1521>. Acesso em: 02 mar. 2011.

SANTOS, Fernando Ferreira dos. Princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 3, n. 27, 23 dez. 1998. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/160>>. Acesso em: 25 março 2011.

SCOTT, Joan. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. In: **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988. p. 42-44.

SILVA, José Afonso da. Dignidade da pessoa humana como valor supremo da sociedade democrática. In: XV Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. **Anais...** Foz do Iguaçu: OAB, 1994. p. 549.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

TAVARES, Fábio. **Apostila de Direito Constitucional**. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/43967605/Apostila-de-Direito-Constitucional>>. Acesso: em: 20 fev 2011.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2006.